

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NOTURNO**

Sabrina Raskopf Klusener

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: EXPERIÊNCIAS NO COTIDIANO
ESCOLAR DE ALUNOS QUE UTILIZAM CADEIRA DE RODAS NO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

**Santa Maria, RS, Brasil
2017**

Sabrina Raskopf Klusener

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: EXPERIÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR DE
ALUNOS QUE UTILIZAM CADEIRA DE RODAS NO MUNICÍPIO DE SANTA
MARIA-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Educação Especial Noturno - Licenciatura Plena – da Universidade Federal de Santa Maria como pré-requisito para aprovação na disciplina de **Desenvolvimento de Pesquisa Profissional**.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Elisane Maria Rampelotto

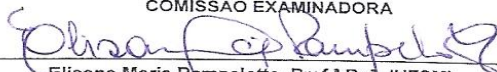
Sabrina Raskopf Klusener

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: EXPERIÊNCIAS NO COTIDIANO
ESCOLAR DE ALUNOS QUE UTILIZAM CADEIRA DE RODAS NO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

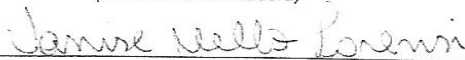
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Educação Especial Noturno -
Licenciatura Plena - da Universidade
Federal de Santa Maria como pré-
requisito para aprovação na disciplina de
Desenvolvimento de Pesquisa
Profissional

Aprovado em 11 de dezembro de 2017:

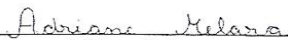
COMISSÃO EXAMINADORA



Elisane Maria Rampelotto, Prof.ª Dr.ª (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Vanise Mello Lorenzi, Prof.ª Ms. (EEEE Fernando Reinaldo Coser)



Adriane Melara, Prof.ª Esp. (APAE Jaguari)

Santa Maria, RS
2017

RESUMO

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: EXPERIÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR DE ALUNOS QUE UTILIZAM CADEIRA DE RODAS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: Sabrina Raskopf Klusener
ORIENTADORA: Elisane Maria Rampelotto

Este trabalho tem como tema principal a Acessibilidade e Inclusão no cotidiano escolar de alunos cadeirantes no município de Santa Maria-RS. Intenciona problematizar: Quais condições de acessibilidade e mobilidade possuem e como se efetiva a locomoção de alunos cadeirantes em escolas públicas inclusivas no município de Santa Maria-RS? Na metodologia utilizou-se pesquisa aplicada, descritiva, de abordagem qualitativa e com procedimentos de um estudo de caso. O instrumento a ser utilizado neste estudo é o da entrevista. Como objetivo a Pesquisa pretende: Investigar o processo de inclusão de alunos cadeirantes, do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, em escolas públicas do Município de Santa Maria-RS. E como objetivos específicos: verificar as condições de inclusão quanto as questões de adaptação arquitetônica presente nas escolas públicas do município; analisar o espaço físico das escolas públicas para verificar se há acessibilidade para cadeirantes. O referencial teórico aborda a legislação vigente, sobre *Inclusão Escolar e Deficiência Física: Informações Básicas e as condições do sujeito que faz uso de cadeira de rodas*. Nesta seção entra a *Deficiência Física e as condições do sujeito que faz uso de cadeira de rodas*. Aborda-se sobre o conceito da deficiência física, assim como, as barreiras utilizadas pelo aluno que usa a cadeira de rodas como meio de locomoção para ir à escola. Os dados coletados foram analisados a partir do cotidiano escolar dos alunos que utilizam cadeira de rodas, mostra-se que os sujeitos estão insatisfeitos com os espaços públicos. Conclui-se que este trabalho sobre acessibilidade em escolas públicas permitiu uma análise sobre a atual situação do ensino público em escolas de Santa Maria-RS. As respostas aos questionamentos desta pesquisa servem de contribuições para o campo da educação especial, principalmente do sujeito que vive a condição de ser cadeirante e frequenta a escola diariamente.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Cadeirante. Inclusão escolar.

ABSTRACT

ACCESSIBILITY AND INCLUSION: EXPERIENCIES IN THE SCHOOL DAILY OF WHEELCHAIR STUDENTS IN THE CITY OF SANTA MARIA-RS

AUTHOR: Sabrina Raskopf Klusener

ADVISOR: Elisane Maria Rampelotto

This work has as main subject matter the accessibility and inclusion in the school daily of wheelchair students in the city of Santa Maria-RS. It is proposed the following problematization: which are the accessibility and mobility conditions and how is the locomotion of wheelchair students in the public schools in the city of Santa Maria? In the methodology, it was used applied research, descriptive, of qualitative treatment and procedures of a case study. The used instrument in this study is the interview. The main aim of this research is to investigate the inclusion process of wheelchair students, in the point of view of the architectonic accessibility in public schools of the city of Santa Maria. And, with specific objectives: to verify the inclusion conditions related to the architectural adaptations that exists in the public schools of the city; to analyze the physical space in the public schools and to verify whether there is accessibility for wheelchair students. The theoretical reference is the vigent legislation about "*Inclusão Escolar e Deficiência Física: Informações Básicas e as condições do sujeito que faz uso de cadeira de rodas*". It is presented the concept of physical deficiency, and, the difficulties faced by the wheelchair students to the school. The collected data were analyzed from the point of view of daily scholar of wheelchair students, it is showed that the subjects are not satisfied with the public spaces. As conclusion, this work allowed the analysis about the actual situation of the public education in schools of the Santa Maria. The answers to the questions of this research contributes to the field of special education, mainly the subject that lives the wheelchair condition and attend the school daily.

Keywords: Accessibility. Chair. School inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Convenções utilizadas para os sujeitos participantes (idade e parentesco)	11
Figura 1 - Veículo adaptado para transportar usuários que utilizam cadeira de rodas	24
Figura 2 - Detalhes do piso, bacia sanitária e papelreira que facilita o acesso e uso de cadeirantes	25
Figura 3 - Detalhes do banheiro para facilitar a utilização do cadeirante	26
Figura 4 - Exemplos de bebedouros com acesso para cadeirantes	26

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	7
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	9
2.1	TIPO DE PESQUISA	9
2.2	LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA	11
2.3	ASPECTOS ÉTICOS	12
2.4	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	13
3	REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1	LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES EM ESPAÇOS PÚBLICOS	14
3.2	INCLUSÃO ESCOLAR: INFORMAÇÕES BÁSICAS	15
3.3	DEFICIÊNCIA FÍSICA E AS CONDIÇÕES DO SUJEITO QUE FAZ USO DE CADEIRA DE RODAS	20
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	22
5	CONCLUSÃO	30
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE A - Questões de Pesquisa	34
	ANEXO I - Parecer consubstanciado do CEP/UFSM	35

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Início este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigência para a obtenção do título de graduada em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM/RS. Conto parte da minha trajetória acadêmica até chegar ao Curso de Licenciatura em Educação Especial.

Em janeiro de 2014 concluí o Curso de Fisioterapia pelo Centro Universitário Franciscano. Antes mesmo de acabar o Curso de Fisioterapia, no ano de 2013, surgiram vagas remanescentes na UFSM, entre elas para o Curso de Educação Especial noturno. Para se inscrever a fim de concorrer a uma vaga, era preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos últimos três anos. E como havia realizado o exame resolvi tentar uma vaga.

Porque tentar uma vaga num curso e área da educação? Um curso tão distinto daquele que acabara de me formar? Tentei a vaga porque o estágio da Fisioterapia realizado na APAE de Santa Maria proporcionou-me o contato com crianças especiais, o que despertou meu interesse para aprofundar os conhecimentos sobre o assunto, tentando estabelecer uma aproximação entre os dois cursos.

O que me instigou a busca do tema sobre acessibilidade de alunos cadeirantes talvez tenha relação entre fisioterapia e educação especial. A intenção é realizar estudo sobre acessibilidade de alunos cadeirantes em escolas públicas de Santa Maria. A realidade que vê-se nas escolas municipais, por muitas terem sido construídas há muito tempo, é de que a acessibilidade é precária ou até mesmo inexistente. É sobre estas questões que pretende-se debruçar para realizar o TCC na área da Educação Especial. Mostrando a realidade arquitetônica presente em escolas públicas municipais para a efetivação da locomoção de estudantes que usam cadeiras de rodas.

A proposta da construção deste estudo nasce das dificuldades que, a partir da realidade e do cotidiano de escolas públicas, de certa forma perturbam-nos. Então, pode-se dizer que o problema de pesquisa surge a partir dessas preocupações. Lança-se a seguinte questão: Quais as condições de acessibilidade e mobilidade possuem e como se efetiva a locomoção de alunos cadeirantes em escolas públicas inclusivas no município de Santa Maria-RS? O objetivo principal desta pesquisa é investigar a acessibilidade arquitetônica e a mobilidade de alunos cadeirantes

incluídos em escolas públicas do município de Santa Maria-RS. E como objetivos específicos: verificar as condições de locomoção de alunos cadeirantes incluídos em relação a adaptação arquitetônica presente em escolas públicas do município; identificar os espaços de circulação de cadeirantes incluídos em escolas públicas municipais e, analisar os espaços físicos de escolas públicas para verificar a acessibilidade para cadeirantes.

A seguir descreve-se as partes que compõem e fazem parte da pesquisa.

Nas *Considerações Iniciais* comenta-se sobre a trajetória acadêmica e o que me instigou a escolher o tema sobre Acessibilidade e a inclusão do aluno cadeirante na escola.

Na primeira parte trago a contextualização do campo de investigação e a opção e o tipo de metodologia utilizada no trabalho. Trago também o instrumento utilizado na pesquisa para realizar a busca dos dados.

A segunda parte subdivide-se em:

- a) *Legislação e Acessibilidade para Cadeirantes em Espaços Públicos* onde utilizo a legislação vigente para referenciar o estudo.
- b) *Inclusão Escolar: Informações Básicas* Nesta parte do estudo apresento informações importantes que foram traçando a política da inclusão escolar.
- c) *Deficiência Física e as condições do sujeito que faz uso de cadeira de rodas*, onde aborda-se sobre o conceito da deficiência física, assim como, as barreiras encontradas pelo aluno que usa a cadeira de rodas como meio de locomoção para ir à escola.

Na terceira parte, destaca-se as principais contribuições utilizadas a partir da contextualização dos dados investigados.

E, nas *Conclusões* encerra-se com os principais pontos encontrados na pesquisa junto às contribuições para o campo da educação especial, principalmente no que diz respeito a acessibilidade de alunos cadeirantes em escolas públicas de Santa Maria.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1 TIPO DE PESQUISA

Para realizar uma pesquisa é preciso dizer como se pensa em realizá-la. Para Gil (2010, p. 27), pesquisa básica estratégica é pesquisa voltada à aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vista à solução de reconhecidos problemas práticos.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que, segundo Gil (2008, p. 28) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Também são aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis.

Quanto a abordagem, versa sobre uma pesquisa qualitativa que “não se preocupa com valor numérico, mas, sim com o aprofundamento de um grupo social de uma organização. É dotada por pesquisadores, porque defende um modelo único para todas as ciências, assim buscam explicar o porquê das coisas expressar-se o que convém ser feito, mas, não qualificam valores, e as trocas simbólicas nem a prova de fatos.” (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 31)

Em relação aos procedimentos esta pesquisa é do tipo Estudo de Caso que para Gil (2008, p. 57) é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

É realizado de forma individual ou coletiva, analisando um único ou mesmo múltiplos casos, realizados em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos. No entanto, um bom estudo de caso constitui tarefa difícil de realizar. Pesquisadores entusiasmados pela flexibilidade metodológica dos estudos de caso, ao final de sua pesquisa, conseguem apenas um amontoado de dados que não conseguem analisar e interpretar. De acordo com Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.”

O instrumento de pesquisa a ser utilizado neste estudo é o da *Entrevista*. De acordo com Caputo (2003 apud RAMPELOTTO, 2004, p. 41) a entrevista é “uma forma de ouvir o outro”. Quanto a entrevista Caputo especifica que:

Nas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim, isolamentos grupais, individuais, sociais, pode também servir a pluralização de vozes e a distribuição da democracia da informação. Em todos estes e outros usos das Ciências Naturais, constitui-se sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. (CAPUTO, 2003, p. 3).

A entrevista é um meio, no qual o entrevistador pretende adentrar a realidade do entrevistado, tendo como ponto chave um determinado assunto, no qual buscará em várias pessoas, tendo como finalidade a expressão de uma determinada realidade.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, sendo fundamental esse método para a transcrição, exigindo algumas regras, incluindo a ética e o respeito para com os entrevistados (CAPUTO, 2003). São elas:

- Identificar-se sempre,
- Explicar os motivos da pesquisa,
- Esclarecer que a gravação é para fim de trabalho de conclusão de curso, e não será divulgada, além de, começar a entrevista deixando o entrevistador confortável e seguro.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente pela pesquisadora e de forma individual na escola e, conforme a disponibilidade dos sujeitos.

O primeiro momento serviu para contatar, via telefonema, as escolas. Conversando com as diretoras e educadoras de ambas as escolas para obter informações sobre os sujeitos da pesquisa. Após a qualificação deste projeto realizou-se um encontro pessoalmente, para explicar como seria realizada a pesquisa e para informar que os nomes dos sujeitos não seriam divulgados de forma alguma. Utilizou-se convenções para cada responsável que, neste estudo, são as mães dos cadeirantes. No Quadro 1 apresenta-se a convenção utilizada para os sujeitos, assim como, a convenção (com idade e parentesco), usada para os alunos participantes.

O encontro pessoal com os sujeitos serviu para cada um marcar data e horário das entrevistas. No segundo semestre letivo deste ano, após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas a posteriormente realização da análise dos dados e conclusão da pesquisa.

2.2 LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em três escolas municipais de Santa Maria-RS, sendo duas delas escolas comuns e uma especial. Neste estudo foram denominadas de A, B e C. As escolas A e B estão localizadas na zona leste, e a escola C localizada no centro do município. As escolas repassaram os dados dos sujeitos da pesquisa e autorizaram as entrevistas. Sendo que a escolha das escolas foi indicação da Secretaria Municipal de Educação (SMED), do município.

Para preservar a identidade dos alunos participantes da pesquisa (cadeirantes com paralisia cerebral), foram identificados como C1, C2 e C3. Como C1 e C2 não tiveram condições de responder as entrevistas foi necessário recorrer aos responsáveis. As entrevistas foram respondidas pelas mães de C1 e C2. No entanto, um dos alunos cadeirantes conseguiu responder aos questionamentos da entrevista. O Quadro 1 apresenta uma melhor visibilidade dos sujeitos.

Quadro 1 - Convenção utilizada para os sujeitos participantes (idade e parentesco)

Alunos Cadeirantes e Escola	Idade dos alunos	Sujeito da Pesquisa	Grau de parentesco do aluno
A1 - Escola A	11 anos	C1	Mãe de A1.
A2 - Escola B	13 anos	C2	Mãe de A2.
A3 - Escola C	30 anos	C3	É o próprio Aluno Cadeirante

Fonte: Autora.

Identificação dos sujeitos, conforme apresentados no Quadro 1:

- **C1:** É mãe de A1 que é natural de Santa Maria e cursa o terceiro ano do ensino fundamental. Possui paralisia cerebral. Frequenta escola regular onde educadoras só orientam os professores, no turno da tarde, todos dias da semana. Utiliza transporte escolar para ir à escola.
- **C2:** É mãe de A2 que é natural de Santa Maria e cursa o quarto ano do ensino fundamental, onde estuda no turno da tarde e é atendida na educação especial no mesmo turno que frequenta a sala comum. Possui paralisia cerebral, utiliza transporte escolar para ir à escola. Frequenta três vezes por semana a escola, nas terças, quintas e sextas -

foi realizado um acordo de flexibilização do tempo de permanência na escola e com a família pelo comprometimento da aluna.

- **C3:** É o próprio cadeirante, solteiro, natural de Santa Maria-RS, tem 30 anos, estudante, participa de um grupo de Convivência na escola em que estuda. Tem Paralisia Cerebral e utiliza transporte escolar para ir à escola. Vai à escola três vezes por semana, nas segundas, quartas e quintas.

2.3 ASPECTOS ÉTICOS

Em relação aos aspectos éticos ressalta-se a importância de respeitar as leis de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos. E por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, a mesma foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após análise, o projeto foi aprovado sob o número com registro CAAE 73765717.3.0000.5346 do Parecer: 2.271.008 (ANEXO 1). Sendo assim, os participantes do estudo foram informados dos objetivos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo com isso a participação voluntária dos sujeitos. O TCLE foi elaborado em duas vias, sendo uma cópia entregue a cada entrevistado.

A pesquisadora do projeto assumiu o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos sujeitos cujos dados e informações serão Estudados;
- Assegurar que os dados e informações serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.
- A pesquisadora tem conhecimento de que as informações pertinentes às técnicas do projeto de pesquisa somente podem ser acessadas por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade é inerente à atividade ou que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado.

Riscos: A entrevista não apresentará qualquer risco de ordem física ou psicológica para os sujeitos participantes do estudo.

Sigilo: As informações fornecidas pelos sujeitos terão sua privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento.

2.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

A escolha das escolas e dos participantes seguiu os seguintes critérios:

- 1) Serem escolas da rede regular municipal de ensino;
- 2) Alunos com deficiência Física que utilizam cadeira de rodas.

A escolha de alunos cadeirantes se deu pela dificuldade de locomoção do estudante que se encontra na condição da deficiência física e precisa ir para a escola diariamente.

Foram excluídos da pesquisa escolas estaduais e privadas, as primeiras pela dificuldade de encontrar alunos cadeirantes incluídos e a segunda pela difícil aceitação de realizar-se pesquisa em seus estabelecimentos.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES EM ESPAÇOS PÚBLICOS

A lei da Acessibilidade foi criada com intenção de assegurar os direitos justos para facilitar que a pessoa com necessidades especiais, conserve uma qualidade de vida oportuna, proporcionando-lhe acesso a todos os espaços. (BRASIL,2015). A lei estabelece regras para que a pessoa com necessidades especiais tenha condição de conviver e aproveitar a vida como qualquer outra pessoa na sociedade. Pelo Art. 3º para fins de aplicação da Lei, nº. 13.146, de 6 de julho de 2015 Considera-se acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Assim, a lei estabelece quais são as normas básicas da acessibilidade, ou seja, a eliminação de qualquer obstáculo, apropriação dos espaços, sinalização visual, sonoro, entre outras. No ambiente escolar, além do ambiente de aprendizado, deve oferecer ao aluno com deficiência, mobilidade no interior da escola. Ainda, deve disponibilizar acesso justo e humanitário.

Hoje em dia para que um estabelecimento de ensino consiga autorização para funcionar é preciso cumprir todas as normas. Sabe-se que ainda hoje as escolas que estão funcionando há anos não estão totalmente adaptadas ao que prevê a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Esta lei estabelece:

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação. Nesta mesma lei consta que para possibilitar o acesso de pessoa com deficiência física, todas as escolas devem eliminar suas barreiras arquitetônicas tendo ou não alunos com deficiência matriculados no momento (BRASIL, 2000).

O inciso I ressalta que a acessibilidade é a condição para utilização, com

segurança, e autonomia em diferentes espaços de uso público ou privado e também de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, pelos cadeirantes com mobilidade reduzida.

Segundo o Decreto da Lei 5296/2004 a Lei de acessibilidade oferece condições:

Para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

O Art. 24, estabelece que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

A acessibilidade deve respeitar as diferenças, independente da condição física de cada pessoa. E a legislação fornece os instrumentos de garantia para as pessoas com deficiência física.

3.2 INCLUSÃO ESCOLAR: INFORMAÇÕES BÁSICAS

A inclusão atualmente está presente em muitos discursos políticos, sociais e educacionais resultando grande ambivalência de ideias e posturas.

O paradigma da inclusão se faz presente e, de certa forma, encaminha a vida escolar dos alunos com deficiência. Assim, é de extrema importância rever e situar o paradigma hoje estabelecido, de forma a compreender e conhecer quais seus pilares legais, seus objetivos e, principalmente, quais os caminhos percorridos até a instauração do que hoje se conhece como inclusão escolar no Brasil. Também é importante esta discussão, pois é através das leis que as políticas educacionais são fundamentadas e orientam a educação em nosso país.

Assim, apresenta-se algumas leis, decretos, convenções e outros documentos tanto nacionais como internacionais que, durante os tempos, foram traçando a política da inclusão escolar. Recuperou-se, no entanto, alguns trechos da legislação

que farão parte deste referencial teórico em relação a inclusão escolar, que considera-se importante.

Em 1990, na esfera internacional, ocorre a “Declaração Mundial de Educação para Todos” em Jomtien, onde se institui no artigo 3 sobre “Universalizar o acesso à educação e promover a equidade” que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (BRASIL,1990)

Mais adiante, em 1994, acontece a “Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais”. A questão central do documento é a inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiência dentro do sistema regular de ensino e as diretrizes que devem ser adotadas para a criação de escolas inclusivas. Sendo determinadas várias questões relacionadas aos alunos que possuem algum tipo de deficiência e sobre a escola que devem ser incluídos:

O princípio que orienta esta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedida mente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (BRASIL,1994 p.3)

Retornando a esfera nacional, em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional. No quinto capítulo ficou estabelecido que:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
 §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. (BRASIL,1996).

No ano de 2004 foi instituído o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência que define:

I - garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;
 II - garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL,1996).

Ainda, em 2004 foi publicado o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de divulgar os conceitos e as diretrizes mundiais da inclusão das pessoas com deficiência na área educacional, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos em turmas comuns do ensino regular. Em 2008 surge a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” através da qual são determinadas referenciais e orientações para a organização da política de educação inclusiva. É aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2006 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que assume compromissos para assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, declarando:

Os princípios da presente Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;

h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (BRASIL, 2011, p.28)

É lançado em novembro de 2011 o, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Em seu Art. 3º são diretrizes do Plano Viver sem Limite:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo;
- II - garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado;
- III - ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional;
- IV - ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza;
- V - prevenção das causas de deficiência;
- VI - ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, em especial os serviços de habilitação e reabilitação;
- VII - ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade; e
- VIII - promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

O Decreto N° 6.571 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado foi lançado no ano de 2008 onde:

Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Assim, a partir desta retomada da legislação em Educação Especial, que ao longo do tempo foi estabelecendo e delineando os caminhos da inclusão, torna-se possível compreender como este paradigma foi adotado e quais seus objetivos.

Portanto, a inclusão é fundamental em todos os lugares, principalmente no ambiente escolar. A falta de acessibilidade acaba se tornando uma barreira e impedindo que a inclusão ocorra. O princípio essencial da Educação Inclusiva é valorizar as diferenças.

De acordo com Ferreira (2005) a educação inclusiva:

Não diz respeito somente às crianças com deficiências, cuja maioria no Brasil ainda permanece fora das escolas, porque nós nem tentamos aceita-lá, mas diz respeito a todas as crianças que enfrentam barreiras: barreiras de acesso à escolarização ou de acesso ao currículo, que levam ao fracasso escolar e à exclusão social (2005 p. 41 *apud* STRIEDER, 2010).

A inclusão é um tema de grande importância para nossa sociedade, por estarmos vivendo numa época ainda em que, é muito difícil aceitar as diferenças, sendo fundamental levantar questionamentos entre professores realizando palestras, seminários, para o entendimento e valorização das diferenças. Além disso, parece existir certa resistência e uma falta de compromisso da comunidade escolar.

Mantoan (2003, p. 20), diz que a inclusão escolar:

Pautase na capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes; é acolher todas as pessoas, sem exceção. É construir formas de interagir com o outro, que, uma vez incluídas, poderão ser atendidas as suas necessidades especiais.

Para que aconteça a inclusão a escola precisa se tornar um ambiente acessível e adaptado sem nenhum tipo de barreira para os alunos com deficiência.

Quando necessário é imprescindível modificar e adaptar as estruturas das escolas que foram construídas há muitos anos. Em muitas dessas escolas não existe acessibilidade adequada para o deslocamento de alunos com deficiência física.

De acordo com as norma da ABNT é preciso:

Promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Quanto às escolas estabelece as seguintes recomendações:

Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis. (ABNT, 2004, p. 87).

Por fim, é preciso que haja facilidade, através da remoção de qualquer tipo de barreira arquitetônica, para a locomoção dos alunos cadeirantes. A execução

dessas normas é fundamental e contribui para o processo inclusivo do sujeito cadeirante.

3.3 DEFICIÊNCIA FÍSICA E AS CONDIÇÕES DO SUJEITO QUE FAZ USO DE CADEIRA DE RODAS

A deficiência física está associada a uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou de fala como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênicas ou adquiridas (Política Nacional de Educação Especial, 1994, p.14).

O decreto nº 3.298/99 da legislação brasileira destaca no art. 4 o conceito de Deficiência Física como:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999, p.1).

Para Da Rosa (2015 p.21), “a mobilidade e locomoção é um dos maiores desafios de quem tem deficiência física” e considera um grande obstáculo a limitação de movimentos para o desenvolvimento desses sujeitos. A mesma autora afirma ainda que:

Isso não impossibilita o sujeito de ter autonomia e conquistar sua independência, pois a interação social envolve muito mais que somente ter mobilidade, coordenação e movimentos. As pessoas com deficiência física se locomovem com andadores, cadeira de rodas, bengalas, etc. Todo o ambiente deve ser acessível para que aja livre circulação e locomoção para qualquer indivíduo, sendo cadeirante ou não (DA ROSA, 2015, p. 21).

A lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, em seu Art. 1º estabelece:

normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

Segundo Pereira (2013), atualmente são muitas as barreiras que se

encontram na rota de uma pessoa que usa cadeira de rodas. Isso porque as condições de acessibilidades, em muitos ambientes ainda são precárias. Nas escolas, a acessibilidade deve ser para todos os alunos com necessidades especiais. Devem ter o direito de ir e vir, sem obstáculos. Para que isso ocorra, a gestão escolar deve tomar algumas atitudes, como por exemplo, a instalação de rampas, adequação de sanitários, e de pisos, corrimão e revisão dos espaços.

Os deficientes físicos, que dependem da acessibilidade e que, por sua vez dependem da arquitetura das escolas muitas vezes sentem-se discriminados pelo fato de não conseguirem usufruir de espaços acessíveis inexistentes nas instituições em que estudam. As escolas muitas vezes não investem em acessibilidade, nas adaptações e na inclusão, em equipamentos, por falta de projetos e de verbas. Na escola deve ser garantido o acesso a esses alunos com deficiência física, pois a inclusão não pode deixar ninguém de fora. Ela é para todos.

Em serviços públicos devem ser oferecidas, condições de acesso a pessoa com deficiência, criando-se ambientes sem restrições. A acessibilidade para essas pessoas devem ser em todo trajeto, vindo a pé ou até mesmo de meio de transportes. A acessibilidade é algo fundamental para que o indivíduo realize qualquer atividade dentro das suas capacidades, para que ele se movimente, se locomova, sem depender de outras pessoas, tendo assim mais autonomia.

A acessibilidade física ou arquitetônica ressalta o combate de barreiras físicas que constituem obstáculos para a utilização do meio, normalmente pelo formato dos edifícios e ou áreas urbanas.

De modo específico, para que o ambiente escolar possa receber de forma apropriada, todo e qualquer aluno, oferecendo condições adequadas para a aprendizagem, interação com as outras crianças, é importante que seja planejado para haja inclusão, tornando possível, a recepção e o acolhimento dos alunos, independente das diferenças.

De acordo com Aranha (2004) a acessibilidade física é uma das primeiras condições para a globalização do ensino, pois se ela não é oferecida, não se pode garantir a educação para todos. Já Manzini e Corrêa (2008) evidenciam que a acessibilidade arquitetônica facilita a inclusão social, reduzindo assim as desvantagens vivenciadas pelas pessoas com deficiências.

Segundo Rodrigues (2004) as barreiras arquitetônicas devem ser vistas não apenas como um conjunto de dimensões a serem respeitadas, mas como acolhimento, conforto e facilidade, em todos os espaços de locomoção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados foram analisados a partir da leitura das respostas de C1, C2 e C3 - sujeitos de pesquisa deste estudo. Fazendo-se uma articulação entre as questões teóricas que embasam o trabalho com os materiais empíricos coletados através do instrumento da pesquisa: as *Entrevistas*.

A partir das respostas coletadas procurou-se trazer duas Unidades de Análise que são:

a) Locomoção: mobilidade e adequações no espaço escolar

Para que os espaços públicos sejam acessíveis é necessário propor alternativas e adequações visando a eliminação das dificuldades de acesso. A escola é um espaço público e democrático e, assim sendo, deve prevalecer para todas as pessoas.

De acordo com Da Rosa (2015, p.16):

A acessibilidade tem um caráter social, que influencia na vida das pessoas, quando ela é extinta dos espaços públicos pode unir ou segregar, pois é uma função social e a mesma tem que integrar as pessoas, proporcionando prazer em sair de casa, sabendo que é possível se locomover com segurança e sem barreiras.

Pelas respostas dos sujeitos C1, C2 e C3 nota-se que eles estão insatisfeitos com a locomoção nos espaços públicos. Quando interrogados se os espaços públicos são adequados para sua locomoção, os três responderam que não, devido às calçadas soltas, pedras, muitas árvores e arbustos como obstáculos nas calçadas.

Assim, a principal queixa dos sujeitos são as condições das calçadas e os obstáculos como arbustos e árvores, por exemplo.

De acordo com Keppe (2007), as dificuldades encontradas pelas pessoas que utilizam cadeira de rodas em seu deslocamento nas calçadas estão relacionadas às características físicas como dimensões, nivelamento e estruturas.

Além disso, algumas outras características relacionadas com o meio ambiente podem aumentar ou diminuir a qualidade de deslocamento para a pessoa com deficiência, como arborização entre outros.

Conforme Lopes (2007, p. 2), “a mobilidade com autonomia e segurança, constitui um direito universal e resulta das conquistas sociais e do conceito de cidadania”.

Assim também, as rampas são fundamentais para locomoção dos alunos que utilizam cadeira de rodas de forma autônoma dentro da escola. Mas, nenhuma das escolas possuem rampas acessíveis aos cadeirantes. Além disso, as rampas não possuem piso antiderrapante. Apresenta-se a seguir fragmentos das dificuldades encontradas para a locomoção destacadas pelos sujeitos da pesquisa nas escolas que freqüentam. Colocam que:

C1: *Falta de rampa para entrada na escola e de acesso para saída do pátio.*

C2: *Não tem acesso a aula de informática, por ser no segundo piso, possui degraus no pátio.*

C3: *Dentro da escola não sente dificuldades de se locomover, pois quando precisa ir para o segundo piso o levam pela rampa que fica por fora da escola.*

Outra questão observada nas colocações dos sujeitos é de que o transporte que C2 e C3 utilizam para ir à escola não é adaptado. E uma das reclamações é que a Van não transporta a cadeira de rodas, conforme relataram quando questionado sobre: Como é sua rotina até sua chegada na escola?

C1: *ele [a mãe refere-se a A1] vem de carro para escola.*

C2: *A van não é adaptada, não leva a cadeira da menina [a mãe refere-se a A2], tem que utilizar a da escola, para levar a menina até a Van e tira-la no colo.*

C3: *Vem de Van para escola.*

Para que as Vans transportem usuários de cadeira de rodas é necessário que tenham que se adaptar, tendo um elevador e um espaço no veículo que possa acomodar o cadeirante com segurança. Entretanto, o investimento para se ter um transporte acessível se torna muito caro, e acaba desestimulando empresários a investirem. A Figura 1, mostra um exemplo de veículo adaptado para transporte de usuários que utilizam cadeira de rodas.

Figura 1 - Veículo adaptado para transportar usuários que utilizam cadeira de rodas



Fonte: <http://www.abcm.org.br/anais/conem/2010/PDF/CON10-0510.pdf>

Em relação a opinião dos sujeitos em relação ao que poderia ser feito para eliminar barreiras, dizem que:

- C1:** *Construção de rampas, banheiro adaptado, calçamento em torno da escola porque na rua há muitos buracos e com muitas pedras soltas dificultando a locomoção da cadeira de rodas.*
- C2:** *Precisaria banheiro adaptado, rampa especial, o portão é pequeno para cadeirante teria que ser maior, a própria sala do AEE tinha que ser no primeiro andar, local próprio. A educadora atende a menina na sala da direção. A cadeira da escola é pequena teria que ser maior, transporte teria que ser adaptado, só carregar cadeirante.*
- C3:** *Poderiam calçar as ruas, uma van adaptada porque a van que utiliza não traz a cadeira. A cadeira utilizada é da escola e em casa tem outra cadeira. A rampa poderia ser dentro na escola, porque quando chove não tem como acessar o segundo piso já que a rampa foi construída por fora.*

As barreiras existem em todos os lugares para quem tem deficiência, talvez passando despercebidas para quem não tem deficiência, mas tornando difícil andar em locais públicos em nossa cidade. Para eliminar as barreiras é necessário que haja uma mudança na natureza das construções, nos espaços físicos, além disso,

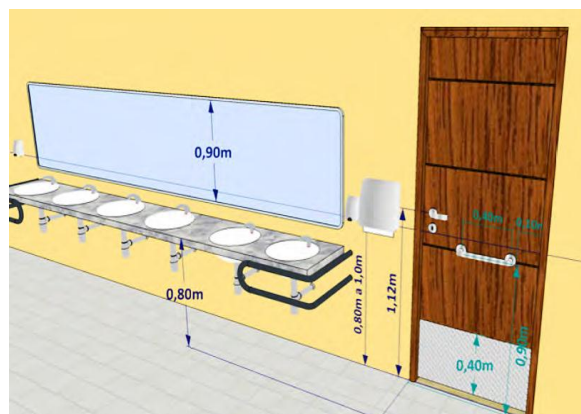
deve haver conscientização das pessoas. As escolas devem ter seus espaços amplos, como salas de aula, espaço para circulação de cadeiras de rodas, portas mais largas, portões de entrada largos para que se possa passar com a cadeira de rodas, rampas de acesso para todos os ambientes da escola, os corredores devem ser largos e ter corrimões para a segurança de quem passa.

Além disso, o piso e rampas devem ser com antiderrapantes, para evitar que haja deslizamento. Os banheiros devem ser amplos para que tenha fácil circulação da cadeira, ainda deve possuir corrimão e também ter espaço para que outra pessoa possa ajudar o deficiente a tomar banho, escovar os dentes. As Figuras 2 e 3 ilustram esses detalhes. De acordo com Barros (2003, p. 10):

O piso de todo o banheiro deve ser de material cerâmico antiderrapante, os tapetes devem ser de borracha, facilitando sua troca e com facilidade de limpeza, uma vez que podem acumular limo devido a umidade. A bacia sanitária tem como tamanho padrão tradicional, a altura de 38 cm, para pessoas com deficiência, esta altura deverá ser elevada para 46 cm, possibilitando maior conforto ao sentar. Para isso, podem ser utilizadas duas opções uma plataforma embaixo da bacia ou um assento mais alto, a válvula de descarga deve estar a uma altura de 1 m, pode ser instalada ducha higiênica. A papelreira também deve ser instalada a uma altura de 45 cm do piso, deve ser do tipo externo, facilitando o acesso a retirada do papel.

Junto a bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras de segurança horizontais para apoio e transferência fixadas a 30 cm do assento da bacia com comprimento em torno de 90 cm. No caso de caixa acoplada a bacia sanitária, somente a barra lateral é suficiente, uma vez que a caixa dificulta o acesso a barra do fundo. A altura ideal para o lavatório é de 80 cm em relação ao piso, as tubulações devem ser recuadas para que evitem que as pessoas encostem os joelhos ou ainda possam se queimar no tubo de água quente, o comando da torneira deve ser automático ou caso não seja possível ele deve ser de alavanca para o manuseio manual ser facilitado.

Figura 2 - Detalhes do piso, bacia sanitária e papelreira que facilita o acesso e uso de cadeirantes



Fonte: (Manual de acessibilidade, 2015, p. 57)

Figura 3 - Detalhes do banheiro para facilitar a utilização do cadeirante



Fonte: (Manual de acessibilidade, 2015, p. 58)

Ainda, as tomadas devem ser colocadas fora das áreas que ficam molhadas e os bebedouros devem ser adaptados de acordo com a necessidade do cadeirante (Figura 4). Os espaços físicos nesses locais são de extrema importância, para que haja mobilidade e autonomia para qualquer pessoa que tenha ou não deficiência. Com medidas simples podem tornar-se ambientes seguros e agradáveis.

Figura 4 - Exemplos de bebedouros com acesso para cadeirantes



Fonte: (Manual de acessibilidade. 2015, p.34)

b) Acessibilidade: Inclusão escolar

Acessibilidade é organizar os espaços públicos para serem adequados e seguros para qualquer pessoa. É um fator indispensável à inclusão de todas as pessoas que tem deficiência ou não. Já a inclusão é que todas as pessoas tenham acesso justo a qualquer ambiente. De acordo com Sasaki, a inclusão

Só pode se dar a partir da organização das escolas para receber alunos com deficiência oportunizando assim condições necessárias para uma educação de qualidade através da sua própria organização, pois, as leis inclusivas defendem não só o direito a um espaço arquitetonicamente planejado defendem também o direito de todos os alunos estarem juntos sem nenhum tipo de discriminação, isso tem refletido positivamente no crescimento da inclusão nas escolas (SASSAKI,1998, p. 9).

Quando interrogados se existe acessibilidade na escola que estudam C1, C2 e C3 respondem:

C1: *Não*

C2: *Em parte*

C3: *Sim*

Para que haja acessibilidade nas escolas é preciso que algumas iniciativas sejam tomada, tais como: construção de rampas, banheiros adaptados, acessos a todas as salas de aula sem degraus, enfim buscar melhorias para esses alunos.

De acordo com ABNT (2004, p. 2), acessibilidade pode ser entendida como: “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Quanto à responsabilidade da Educação para Todos, de que trata a Declaração de Salamanca, é oportuno trazer que:

A ideia de incluir o outro deficiente na escola regular torna-se uma prática recomendada e frequente. O discurso da escola inclusiva passa pelo compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com alteridade deficiente (RAMPELOTTO, 2004, p. 33).

Além dessa ideia, outro aspecto citado na Declaração de Salamanca é o encaminhamento de diretrizes básicas para reformas políticas e sistemas educacionais. Sendo assim, a Conferência de Salamanca:

Propiciou uma oportunidade única de colocação da Educação Especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 (...) Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com deficiência nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (BRASIL, 1994, p. 5).

Da Rosa (2002, p. 67), quanto à inclusão da alteridade deficiente na escola regular coloca que:

A presença da criança com deficiência na escola regular representa um avanço no que se refere à democratização do ensino, mas não garante a efetivação de uma política de inclusão. Está entendida aqui para além dessa condição. A ideia de inclusão é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular a criança com deficiência, pois implica dar outra lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de criança nenhuma estar fora dela. É repensar uma educação que minimize os mecanismos de exclusão, assegurando a todas as crianças o direito dela se beneficiar.

Quando questionados, neste estudo, sobre a existência da inclusão para quem faz uso de cadeiras de rodas nas escolas os três sujeitos relataram que:

C1: Sim

C2: Sim, porque a menina participa das atividades na maioria das vezes. Possui Monitora na sala regular.

C3: Sim. Gosto de estar na escola. Me sinto bem com colegas e professores. Participo de todas as atividades.

Em relação às respostas sobre a inclusão nas escolas pesquisadas, vale lembrar os objetivos que este estudo se propôs investigar, sendo o principal deles averiguar o processo de inclusão de alunos cadeirantes, do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, em escolas públicas de Santa Maria.

Neste sentido ficam algumas interrogações, pois parece que o entendimento dos sujeitos é de estar no mesmo espaço e estar perto daqueles que não tem deficiência.

É preciso entender que a inclusão "implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula" (MITTLER, 2003, p. 34). Incluir significa ser parte, estar junto, fazer parte, mas será que isso é suficiente? Trazer os sujeitos para dentro do mesmo espaço? Isso é garantia de uma prática mais includente?

São dúvidas que ficam para que outras pesquisas possam dar conta de responder, pois em relação ao espaço físico das escolas públicas com intuito de verificar se há acessibilidade para usuários de cadeiras de rodas, este trabalho contempla.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi o de investigar a acessibilidade arquitetônica e a mobilidade de alunos cadeirantes incluídos em escolas públicas do município de Santa Maria-RS. As respostas aos questionamentos do estudo servem de contribuição para o campo da educação especial, principalmente do sujeito que vive a condição de ser cadeirante e frequenta a escola diariamente.

Além disso, é necessário universalizar o acesso de todas as pessoas, principalmente quando se fala em espaços públicos. Assim, estaremos contribuindo para construir uma escola inclusiva aonde todos poderão ser respeitados e valorizados.

A acessibilidade tem muito a contribuir para a educação especial, a fim de incluir o aluno com deficiência, no sentido que a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos. De acordo com a política de educação especial, deve-se garantir a acessibilidade em todos os espaços.

Conclui-se que os sujeitos estão insatisfeitos com os espaços públicos, especialmente com o transporte que utilizam para ir à escola, as péssimas condições das calçadas, também foi uma das principais queixas dos sujeitos, pois possuem alguns obstáculos como calçamento solto, árvores. Verificou-se pelas respostas dos sujeitos que as escolas que os mesmos frequentam não tem acessibilidade adequada. É preciso tomar atitudes, proporcionando melhorias no espaço escolar para esses alunos. Para uma educação de qualidade os direitos de individualidade de qualquer aluno precisam ser valorizados, respeitados.

A realização deste trabalho foi importante, pois através dele pôde-se perceber como estes alunos que utilizam cadeira de rodas enfrentam dificuldades nos espaços em que transitam. As barreiras ainda são um desafio para quem tem dificuldade de locomoção, tanto dentro do espaço escolar quanto fora dele. Percebe-se que ainda estamos longe para que essas barreiras sejam eliminadas, mas já foi dado um grande passo mesmo que de forma lenta. As escolas devem ter espaços amplos, com conforto, segurança e autonomia, para possibilitar a locomoção desses alunos com deficiência.

Portanto, para que haja inclusão, não basta a criança estar inserida na escola regular, é preciso que ela tenha condições de se manter dentro do espaço escolar, para que nenhum aluno fique fora da escola e para que haja condições favoráveis para a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva – Referenciais para a construção de Sistemas educacionais Inclusivos:** a escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, v. 3., 2004.

BARROS, C. F. M. de. **Casa Segura, uma Arquitetura para a Maturidade.** São Paulo: Papel Virtual, 2003.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/ Tailândia, 1990.

_____. MEC. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial. Livro 1/MEC/SEESP.** Brasília, 1994.

_____. CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

_____. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **decreto legislativo nº 186**, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

_____. **Decreto Nº 7612 de 17 de novembro de 2011.** Ministério da Educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm#art15>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. **Decreto-lei n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Decreto Federal Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Decreto Federal Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://www.portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. **Lei n: 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Ministério da Educação. Secretaria

de Educação Especial. Disponível em: <<http://www.portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BENEVIDES, E. B. **Manual de acessibilidade para prédios públicos guia para gestores.** 2015.

CAPUTO, S. G. **A escola e os terreiros.** 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, P. M. **Avaliação da acessibilidade em escolas do Ensino Fundamental usando a tecnologia digital.** 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT15-4331—Int.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DA ROSA; S. M. **Alteridade deficiente e acessibilidade: Orientação e mobilidade no Campus da UFSM e Centro de Santa Maria- RS.** 2015. TCC. - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

DO NASCIMENTO. G. C.; et. al. **Adaptação de Veículos Automotores para Portadores de Deficiência Física.** Disponível em: <<http://www.abcm.org.br/anais/conem/2010/PDF/CON10-0510.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. ENGEL, G. T.; TOLFO S. C. DENISE (Org.). **Método de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra Uma escola de qualidade para todos? Brasil. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Inclusão – **Revista da Educação Especial.** Ano 1, n. 1 – Outubro de 2005, Brasília, DF: MEC, SEESP, 2003. (Saberes e práticas da Inclusão) Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seeps/index.php?option=content&task=view&id=64&Itemid=193>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KEPPE JUNIOR, G. C. L. **Formulação de um indicador de acessibilidade das calçadas e travessias.** São Carlos: UFscar, 2007.

LOPES, K. T. et al. **Acessibilidade de pessoas deficientes em escolas Públicas.** Disponível em: <http://www.wgate.com.br/conteúdo/medicina_saúde/fisioterapia/variedades/acessibilidade_gleisson.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

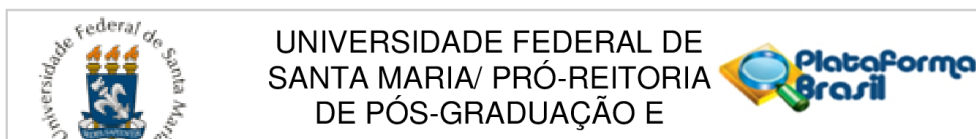
- MANZINI, E. J. et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). Educação Física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. **Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**, Londrina: UEL. v. 9., 2003, p. 177-183.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PEREIRA, L. M. **Acessibilidade Arquitetônica para Cadeirantes na Rede Estadual e Municipal de Educação em Mineiros**. 2013.
- RAMPELOTTO, E. M. **Mesmidade ouvinte & alteridade surda: invenção do outro surdo no Curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria**. 2004. Tese. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- RODRIGUES, D. A. Inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Rev. de Educação Especial da UFSM**, n. 23, 2004. Disponível em: <<http://www.coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/r1.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2017.
- ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (org.). **Políticas Organizativas e Curriculares, Educação Inclusiva e Formação de Professores**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento, v. 7, n. 39. 1998.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 125 p.
- STRIEDER, R. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem**. 2010. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp1_0.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- T. LOPES, KELLEN et al. **Acessibilidade de pessoas Deficientes em escolar pública Disponível** em: <http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaude/fisioterapia/variedades/acessibilidade_gleisson.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

APÊNDICE A

Questões de Pesquisa

- 1- Os espaços públicos são adequados para a condição e necessidade do seu filho (a)?
- 2- Existe acessibilidade na escola em que seu filho(a) estuda?
() sim () não
- 3- Quais as dificuldades ou barreiras que você encontra para locomoção de seu filho(a), dentro da escola?
- 4- Como é a rotina de seu filho(a) até a chegada à escola?
- 5- Em sua opinião a inclusão acontece na escola em que seu filho (a) estuda?
- 6- Em sua opinião, o que poderia ser feito para eliminar as barreiras?

ANEXO I - Parecer consubstanciado do CEP/UFSM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: EXPERIÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR DE ALUNOS QUE UTILIZAM CADEIRA DE RODAS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-

Pesquisador: ELISANE MARIA RAMPELOTTO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73765717.3.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.271.008

Apresentação do Projeto:

O projeto se intitula "Acessibilidade e inclusão: experiências no cotidiano escolar de alunos cadeirantes no município de Santa Maria-RS" e se vincula ao Centro de Educação.

No resumo do projeto consta o seguinte texto: "Este trabalho tem como tema principal a acessibilidade e inclusão no cotidiano escolar de alunos cadeirantes no município de Santa Maria-RS. Intenciona problematizar: Quais condições de acessibilidade e mobilidade possuem e como se efetiva a locomoção de alunos cadeirantes em escolas públicas inclusivas no município de Santa Maria-RS? Na metodologia utilizou-se pesquisa aplicada, descritiva, de abordagem qualitativa e com procedimentos de um estudo de caso. O instrumento a ser utilizado neste estudo é o da entrevista. Como objetivo a pesquisa pretende: investigar o processo de inclusão de alunos cadeirantes, do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, em escolas públicas do Município de Santa Maria-RS. E como objetivos específicos: Verificar as condições de inclusão quanto as questões de adaptação arquitetônica presente nas escolas públicas do município; Analisar o espaço físico das escolas públicas para verificar se há acessibilidade para cadeirantes. O referencial teórico aborda a legislação vigente, sobre Inclusão Escolar e Deficiência Física: Informações Básicas e as condições do sujeito que faz uso de cadeira de rodas. Nesta seção entra

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi

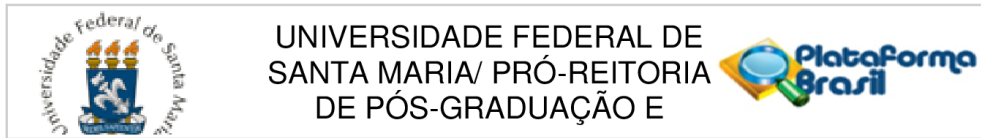
CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.271.008

a Deficiência Física e as condições do sujeito que faz uso de cadeira de rodas. Abordo sobre o conceito da deficiência física assim como as barreiras utilizadas pelo aluno que usa a cadeira de rodas como meio de locomoção para ir à escola. Espera-se, com os resultados da pesquisa, que as irregularidades encontradas nos espaços escolares sejam sanadas e proporcionem acessibilidade aos sujeitos que vivem e tem a experiência cotidiana de usar a cadeira de rodas."

No projeto consta revisão bibliográfica inicial, cronograma e roteiro de entrevista/observação.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar a acessibilidade arquitetônica e a mobilidade de alunos que utilizam cadeira de rodas incluídos em escolas públicas do município de Santa Maria-RS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foi apresentada de modo suficiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados de modo suficiente.

Recomendações:

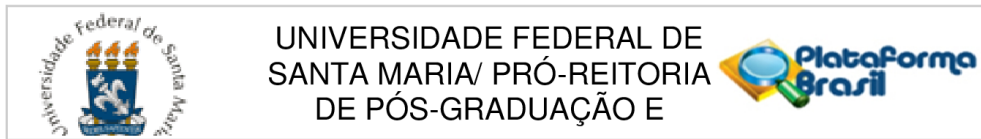
Veja no site do CEP - <http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep> - na aba "orientações gerais", modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.271.008

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_978972.pdf	17/08/2017 18:40:14		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	17/08/2017 18:39:21	DANIELE FRANCISCA CAMPOS DENARDIN DE	Aceito
Outros	termo_assentimento_sabrina.doc	17/08/2017 18:38:22	DANIELE FRANCISCA CAMPOS DENARDIN DE	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	14/08/2017 18:41:13	ELISANE MARIA RAMPELOTTO	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	14/08/2017 18:37:10	ELISANE MARIA RAMPELOTTO	Aceito
Outros	projeto_58219.pdf	14/08/2017 18:33:25	ELISANE MARIA RAMPELOTTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP_Sabrina.doc	14/08/2017 18:31:22	ELISANE MARIA RAMPELOTTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.doc	14/08/2017 18:30:47	ELISANE MARIA RAMPELOTTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 12 de Setembro de 2017

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Biblioteca Central
 Manancial - Repositório Digital da UFSM



AUTORIZAÇÃO PARA LIBERAÇÃO ON-LINE DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO:

(x) Monografia () Artigo

Eu, **Sabrina Raskopf Klüsener**, nacionalidade **Brasileira**, CPF nº, 009.88158060 RG nº,5081053265 aluno do **Curso em Licenciatura em Educação Especial Noturno**, **AUTORIZO** a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, a disponibilizar *on-line* meu trabalho final intitulado “**Acessibilidade e Inclusão: Experiências no Cotidiano Escolar de Alunos que Utilizam Cadeira de Rodas no Município de Santa Maria-RS.**”, podendo também ser acessado mundialmente na Web, sem qualquer ônus para a UFSM.

Especificações para liberação do documento on-line:

- 1) Liberação imediata (x)
- 2) Liberação a partir de 1 ano ()
- 3) Liberação a partir de 2 anos ()

Dados complementares obrigatórios:

E-mail do autor: **sabrinaklusener@hotmail.com**

Nome do orientador: **Prof.ª Dr.ª Elisane Maria Rampelotto**

Participante da banca: Participante da banca: **Adriane Melara e Vanise Mello Lorensi**

Santa Maria, 10 de Janeiro de 2018.

Sabrina Raskopf Klüsener

Assinatura do aluno

DECLARAÇÃO

Declaro que o(s) trabalho(s) autorizado(s) para liberação on-line não infringe os dispositivos da Lei nº 9.610/98 – Lei de Direitos Autorais, nem o direito autoral de qualquer editora.

Santa Maria, 10 de Janeiro de 2018.

Assinatura do Autor: *Sabrina Raskopf Klüsener*